

RELATÓRIO

MARÇO
2026

SERVIÇO TÉCNICO MULTIDISCIPLINAR dos Juizados Especializados de **VIOLÊNCIA DOMÉSTICA** e Familiar contra a Mulher



COORDENADORIA ESTADUAL
DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA
CEVID-TJRR
Tribunal de Justiça de Roraima



PODER JUDICIÁRIO
DO ESTADO DE RORAIMA



Coordenação

Suelen Marcia Silva Alves

Juíza de Direito Titular do 1.º Juizado Especializado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher
Coordenadora Titular da Cevid-TJRR

Jaime Plá Pujades de Ávila

Juiz de Direito Titular do 2.º Juizado Especializado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher
Coordenador Substituto da Cevid-TJRR

Supervisão

Aurilene Moura Mesquita

Analista Judiciária - Pedagoga
Chefe do Setor de Atividades de Enfrentamento à Violência contra a Mulher da Cevid-TJRR



Equipe Técnica Multidisciplinar

Equipe Responsável

Catarina Cruz Butel

Analista Judiciária - Assistente Social

Elzania Souza dos Santos

Cedida da União - Assistente Social

Fabiana Morais Lima

Assessora Técnica - Psicóloga

Márcia Kelly Vasconcelos Holanda Pinheiro

F. Técnica Assessoramento - Assistente Social

Rayssa Helena de Souza Lemos

F. Técnica Especializada - Psicóloga

Sérgio Alberto Nascimento Melo Júnior

Assessor Técnico - Psicologia

Força de Trabalho Auxiliar

Francisca Júlia Costa Rabêlo

Estagiária - Serviço Social

Heloísa Helena do Rosário

Estagiária - Psicologia

Joselene da Silva Castro

Estagiária - Pedagogia

Thamirys Victória Cantanhede

Estagiária - Pedagogia

Apoio Logístico

Luiz Carlos Guedes Farias

Motorista

1. Introdução

- 1.1 Nossos Serviços
- 1.2 Nossos Números

2. Atendimentos Realizados

- 2.1 Acompanhamentos – Psicossociais e Pedagógicos
- 2.2 Estudos de Caso
- 2.3 Diligências Técnicas

3. Atividades Operacionais

- 3.1 Contatos Realizados
- 3.2 Notificações Emitidas
- 3.3 Recebimentos e Encaminhamentos

4. Análise dos Dados

- 4.1 Totais Gerais

5. Conclusão

- 5.1 Resultados

1. INTRODUÇÃO

Atuação Interdisciplinar

O Serviço Multidisciplinar dos Juizados especializados de Violência Doméstica presta assessoramento técnico aos(as) magistrados(as), conforme a Lei Maria da Penha (Lei n.º 11.340/2006) e o Manual de Rotina dos Juizados Especializados de Violência Doméstica (CNJ; 2010). A equipe, formada por assistentes sociais, pedagogos(as) e psicólogos(as), atua de forma interdisciplinar, realizando atendimentos psicossociais e educacionais a mulheres, seus agressores e familiares envolvidos ou afetados, pautada nos princípios da proteção integral, dignidade humana, não revitimização e responsabilização do autor da violência.

Etapas do Atendimento

As ações do serviço desenvolvem-se em três etapas principais:

1-Notificação: Contato inicial com mulheres em situação de violência, pessoas autoras da agressão e familiares.

2-Atendimento: Escuta qualificada, avaliação de risco e orientação sobre direitos, em ambientes seguros e acolhedores.

3-Relatoria: Elaboração de relatórios e pareceres técnicos para subsidiar as decisões judiciais.

Ações Complementares

Além dos atendimentos diretos, o serviço realiza visitas domiciliares, encaminhamentos à rede de proteção, orientações jurídicas e psicossociais e pedagógicas, participação em campanhas de prevenção e análise de dados processuais, considerando as dinâmicas familiares, os níveis de risco e as situações de vulnerabilidades.

Panorama dos dados

A sistematização e o monitoramento dos dados sobre violência doméstica e familiar contra a mulher são essenciais para aprimorar as estratégias da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça de Roraima (CEVID-TJRR). O Relatório do Serviço Multidisciplinar registra, analisa e dá transparência às ações da equipe técnica dos Juizados Especializados de Violência Doméstica, fortalecendo a atuação institucional.

Dimensão da Violência

O Relatório do Serviço Multidisciplinar tem papel central na identificação da dimensão da violência doméstica em Roraima. Ao reunir dados de atendimentos com base na Lei n.º 11.340/2006, provenientes dos juizados especializados e das comarcas do interior competentes na matéria, o documento revela o alcance do problema, apontando padrões e vulnerabilidades. Mais que um registro, o relatório orienta políticas, protocolos e práticas judiciais, promovendo respostas mais sensíveis e efetivas à complexidade dos casos.

Aprimoramento Institucional

Os dados consolidados fortalecem a atuação do Judiciário ao oferecer subsídios concretos para a formulação de políticas, protocolos e iniciativas de enfrentamento à violência contra as mulheres. Alinhados à Política Judiciária Nacional, esses indicadores permitem identificar fragilidades, orientar decisões estratégicas e qualificar os fluxos de trabalho dos técnicos da equipe, resultando em ações de atendimento mais integradas, eficientes e adequadas às realidades enfrentadas.

2. ATENDIMENTOS REALIZADOS

Escuta, acolhimento e vínculo protetivo

São acompanhamentos psicossociais e pedagógicos que constituem a principal frente de atuação da equipe, realizados de forma presencial e remota com mulheres em situação de violência doméstica e familiar, que obtiveram medidas protetivas. As ações priorizam a escuta qualificada, o acolhimento e o suporte psicossocial, fortalecendo o vínculo de proteção, o monitoramento do risco e o fornecimento de informações relevantes ao processo judicial. Essa abordagem humanizada e integrada à rede de atendimento permite identificar demandas emergenciais, articular o acesso a serviços públicos e promover a autonomia das mulheres, favorecendo a ruptura da violência.

Período	Nº de Processos (Demandas)	Nº de Atendimento	Nº de Encaminhamentos
1 a 31/3/2026	211	189	74

No período de 1º a 31 de março de 2026, foram recebidos 211 processos para acompanhamento dos casos, número superior aos 170 registrados em fevereiro, indicando ampliação do volume de demandas em acompanhamento pelo Serviço Multidisciplinar. Foram contabilizadas 189 ações, quantitativo inferior às 238 realizadas no mês anterior. Foram contabilizados 74 encaminhamentos, número abaixo dos 131 realizados em fevereiro, resultado que demonstra manutenção de fluxo relevante de articulação com a rede de apoio e continuidade das ações complementares ao acompanhamento judicial.

De forma geral, março caracteriza-se pelo aumento no número de processos acompanhados, associado à manutenção de volume significativo de atendimentos e encaminhamentos, indicando continuidade da atuação, técnica nos acompanhamentos psicossociais e pedagógicos.



Avaliação técnica aprofundada

Os estudos de casos em matéria de violência doméstica e familiar contra mulher envolvem avaliações técnicas aprofundadas, fundamentadas em referenciais teóricos e protocolos especializados voltados ao enfrentamento da violência de gênero. Esses estudos requerem análise detalhada dos fatores psicossociais, relacionais e contextuais que permeiam o conflito, abrangendo a identificação de situações de risco, vulnerabilidades e redes de apoio disponíveis. Consideram ainda a interseccionalidade dos impactos da violência e a proteção integral da vítima, de modo a oferecer subsídios técnicos qualificados e humanizados para a adequada tomada de decisão judicial.

Período	Demandas Judiciais	Ações Realizadas (notificações, atendimentos, visitas)	Resultados (relatórios, certidões)	Nº de Encaminhamentos
1ª 31/3/2026	19	59	22	9

No período de 1º a 31 de março de 2026, foram registradas 19 demandas judiciais, mantendo-se o mesmo quantitativo de fevereiro. Essas demandas geraram 59 ações técnicas, número bem superior às 29 ações do mês anterior. Quanto aos resultados, foram produzidos 22 documentos técnicos, demonstrando incremento na produção, em relação aos 10 de fevereiro. Os encaminhamentos também apresentaram aumento relevante, passando de 2 para 9 registros.

De modo geral, março de 2026 caracteriza-se pela manutenção do volume de demandas, aliada a uma expressiva ampliação das ações realizadas, da produção técnica e dos encaminhamentos, evidenciando maior dinamismo e fortalecimento da atuação integrada do Serviço Técnico Multidisciplinar no enfrentamento à violência doméstica no período.



Verificação de demandas específicas

As diligências técnicas são realizadas mediante determinação judicial, como a finalidade de apurar situações pontuais relacionadas aos processos em curso. Consistem, principalmente, em visitas domiciliares, contatos com a rede de proteção e escutas direcionadas às partes envolvidas. Essas ações têm como foco a coleta de informações objetivas e atualizadas, posteriormente consolidadas em relatórios ou certidões circunstanciadas, que subsidiam o juízo na compreensão da realidade vivenciada pelas vítimas. Destacam-se pela agilidade na execução e relevância técnica das informações produzidas, sobretudo em casos urgentes que demandam pronta e qualificada atuação judicial.

Período	Demandas Judiciais	Ações Realizadas (notificações, atendimentos, visitas)	Resultados (relatórios, certidões)	Nº de Encaminhamentos
1ª 31/3/2026	42	49	17	2

No período de 1º a 31 de março de 2026, foram registradas 42 demandas judiciais para realização de diligências técnicas, número superior às 28 observadas em fevereiro. Foram realizadas 49 ações técnicas, frente às 19 do mês anterior. Quanto aos resultados, foram produzidos 17 documentos técnicos, frente aos 8 registrados em fevereiro. Os encaminhamentos contabilizaram 2 registros, número ligeiramente inferior aos 3 do período anterior.

De modo geral, março caracteriza-se pelo aumento consistente das demandas, das ações realizadas e da produção técnica, refletindo intensificação da atuação interventiva e um maior volume de procedimentos no Setor. Observa-se discreta redução nos encaminhamentos, sugerindo menor acionamento da rede de apoio, ainda que mantida a articulação institucional.

3. ATIVIDADES OPERACIONAIS

Viabilização dos atendimentos

Os contatos realizados pela equipe técnica constituem etapa fundamental para a viabilização dos atendimentos e das providências determinadas judicialmente, assegurando a comunicação adequada com vítimas e demais envolvidos nos processos. Por meio desses contatos, a equipe promove a continuidade do acompanhamento psicossocial, a execução das diligências e a organização das intervenções técnicas, contribuindo para maior celeridade na tramitação das demandas, reduzindo a necessidade de medidas formais mais onerosas, como notificações documentais.

Contactação (Modalidade)	Acompanha-mentos	Estudos de caso	Diligências	Total
Via aplicativo de mensagens	181	24	23	228
Via ligação tel./ Chamada vídeo	5	4	2	11
Na Unidade (CMB e FCr)	3	17	16	36
Visitas Domic./ Institucionais	-	9	2	11
TOTAIS	189	54	43	286

No período de 1º a 31 de março de 2026, foram registrados 286 contatos com as partes, mantendo-se estável em relação a fevereiro (285). O uso de aplicativos de mensagens (228 registros), reafirma-se como principal meio de comunicação, enquanto os atendimentos presenciais (36) e as visitas domiciliares e institucionais (11) apresentam incremento. Ligações telefônicas e/ou chamadas de vídeo (11) registraram leve redução em relação ao total registrado em fevereiro (13).

De forma geral, observa-se manutenção da centralidade dos meios digitais, aliada à ampliação das interações presenciais, indicando maior diversificação nas estratégias de contato pelo Serviço Técnico Multidisciplinar.



Formalização das convocações

Nos casos em que os contatos prévios não foram bem-sucedidos, a equipe procedeu à emissão de notificações formais, encaminhadas aos endereços constantes nos autos processuais. Esses documentos têm por objetivo convocar as partes para os atendimentos técnicos determinados pelo juízo, garantindo o cumprimento das diligências e o acesso à escuta especializada. A emissão das notificações reforça a formalização dos procedimentos, assegura o direito à informação das partes e preserva a regularidade dos atos processuais. Esse recurso é fundamental para dar ciência inequívoca às partes e demonstrar a diligência do Poder Judiciário no cumprimento de suas determinações.

Período	Convocação (Modalidade)	Acompa- nhamentos	Estudos de caso	Diligências	Total
1ª 31/3/2026	Notificação escrita	15	5	6	26

Percentual das notificações

Entre 1º e 31 de março de 2026, foram emitidas 26 notificações escritas para convocação das partes no âmbito das atividades técnicas, número significativamente superior às 6 registradas em fevereiro, evidenciando uma retomada expressiva desse instrumento de formalização. Destas, 15 (57,7%) são relacionados aos acompanhamentos psicossociais, 5 (19,2%) aos estudos de caso e 6 (23,1%) às diligências, demonstrando maior distribuição entre as diferentes frentes de atuação.

Em comparação a fevereiro, observa-se não apenas aumento quantitativo, mas uma ampliação do uso da notificação escrita nas diligências de chamamento das partes. De forma geral, março caracteriza-se pelo fortalecimento desse instrumento formal, em complemento aos meios diretos e digitais de comunicação.



Organização e fluxo interno das demandas

O desenvolvimento das atividades técnicas da Equipe Técnica Multiprofissional demanda diversas outras atividades, de cunho operacional, para a articulação, interna e externa, na Cevd e com a Rede de Atendimento, necessária para a execução dos acompanhamentos psicossociais, estudos de caso e diligências. O processo envolve o recebimento das demandas judiciais, a triagem inicial, a distribuição entre os profissionais, os expedientes, registros administrativos e a emissão das certidões correspondentes, para assegurar a organização, rastreabilidade e agilidade no fluxo de trabalho.

Demandas (1 a 31/3/2026)	Acompanha- mentos	Estudos de caso	Diligências	Total
Recebidas/ Distribuídas	211	19	42	272
Encaminha- mentos	74	9	2	85
Trâmites Totais	285	28	44	357

Análise do fluxo das demandas do período

No período de 1º a 31 de março de 2026, foram recebidas e distribuídas 272 demandas judiciais, número superior às 217 registradas em fevereiro, evidenciando um aumento no fluxo de entrada. Manteve-se a predominância dos acompanhamentos, com 211 registros (77,6%), seguidos das diligências, com 42 (15, 4%), e dos estudos de caso, com 19 (7,0%). No período, contabilizaram-se 85 encaminhamentos, cerca de 23,8% dos 357 trâmites totais.

De forma geral, março caracterizou-se pelo aumento do volume global de demandas e movimentações internas, demonstrando manutenção da capacidade operacional e continuidade do direcionamento técnico dos casos recebidos.

4. ANÁLISE DOS DADOS

Desempenho operacional do mês

AÇÕES REALIZADAS-ATENDIMENTOS - MARÇO 2026



No período de 1º a 31 de março de 2026, foram registradas 286 ações técnicas, mantendo-se estável em relação às 285 contabilizadas em fevereiro, o que indica continuidade no nível de atividade operacional. Desse total, 189 (66,1%) referem-se a acompanhamentos, 54 (18,9%) a estudos de caso e 43 (15,0%) a diligências técnicas, preservando-se os acompanhamentos como principal eixo de atuação.

Em comparação ao mês anterior, observa-se redução proporcional dos acompanhamentos e ampliação das demais modalidades, especialmente estudos de caso e diligências, indicando maior diversificação das intervenções. De forma geral, março caracteriza-se pela estabilidade quantitativa das ações, aliada a uma atuação mais equilibrada entre as diferentes frentes, com uma ampliação das formas de atendimento.

A hand is holding a black tablet. The screen displays a document with text and several charts, including a pie chart and a bar chart. The text on the screen is partially legible and appears to be a formal report or legal document.

5. CONCLUSÃO

5.1 Resultados

Síntese dos resultados e avanços

O mês de março de 2026 caracterizou-se pela manutenção do volume de ações técnicas e pela ampliação significativa das atividades em diversas frentes do Serviço Técnico Multidisciplinar. Observou-se estabilidade no total de atendimentos realizados, aliada ao aumento expressivo das ações decorrentes de demandas judiciais, especialmente nas diligências técnicas, bem como crescimento relevante na produção de documentos e no uso de notificações formais.

Verificou-se, ainda, incremento no número de processos em acompanhamento, embora com uma redução na intensidade dos atendimentos e dos encaminhamentos nessa modalidade, em comparação ao mês anterior, indicando ampliação da carteira de casos sob monitoramento e redistribuição dos esforços técnicos. Por outro lado, destaca-se a ampliação das diligências e das ações interventivas, com maior volume de interações presenciais e visitas, em complemento à manutenção dos meios digitais como principal forma de contato.

De forma geral, março evidencia um cenário de ampliação da demanda e fortalecimento da atuação técnica, com crescimento das movimentações internas, intensificação das diligências, aumento da produção documental e manutenção do volume expressivo de acompanhamentos. Os dados refletem a capacidade operacional do Serviço Multidisciplinar, com foco na qualificação das intervenções, no acompanhamento continuado dos casos e no suporte técnico às decisões judiciais no âmbito da violência doméstica e familiar contra a mulher.



**COORDENADORIA ESTADUAL
DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA**

CEVID-TJRR

Tribunal de Justiça de Roraima

SERVIÇO TÉCNICO dos Juizados Especializados de **MULTIDISCIPLINAR** **VIOLÊNCIA DOMÉSTICA** e Familiar contra a Mulher **Relatório Mensal – Março 2026**

FICHA TÉCNICA

Instituição

Tribunal de Justiça do Estado de Roraima (TJRR)

Unidade Responsável

Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica (CEVID)

Coordenação

Suelen Márcia Silva Alves / Juíza Coordenadora

Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica (CEVID)

Elaboração

Cristina Sousa / Equipe de Apoio

Setor de Atividades de Enfrentamento à Violência contra a Mulher

Revisão Técnica

Aurilene Moura Mesquita / Chefe de Setor

Setor de Atividades de Enfrentamento à Violência contra a Mulher

Divulgação

Setor de Portais e Publicações

Secretaria de Tecnologia da Informação (STI-RR)

Local e Data de Publicação

Boa Vista-RR, 16 de Abril de 2026



**PODER JUDICIÁRIO
DO ESTADO DE RORAIMA**

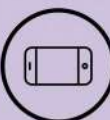
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA
FÓRUM CRIMINAL MINISTRO EVANDRO LINS E SILVA

COORDENADORIA ESTADUAL DA MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR

cevid@tjrr.jus.br



(95) 3194-2649



Fórum Criminal Ministro Evandro Lins e Silva
Avenida CB PM José Tabira de Alencar Macedo,
602 - Caranã - CEP 69.313-595 - Boa Vista-RR

